

Ata da 20ª Reunião do Conselho Municipal de Política Cultural

Aos 20 dias de junho de 2017, às 17h, no Teatro Gregório de Mattos, equipamento administrado pela Fundação Gregório de Mattos (FGM), realizou-se a vigésima reunião do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), cuja pauta continha os seguintes itens: 1) Informes: Apresentação de Ugo Mello técnico que vai desenvolver atividades de formação aos Conselheiros voltadas à organização da Conferência Municipal de Cultura e à construção do Plano Municipal de Cultura; Reforma da nova sede da FGM e construção da sala do CMPC e auditório; Moção do CMPC referente ao Projeto de Lei que trata da Arte de Rua; Programa Baiana Legal; Regulamentação do Fundo Municipal de Cultura; Regimento Interno do CMPC; Andamento do Diagnóstico Cultural de Salvador; 2) Criação de Comissão Temática Provisória para organização das eleições do CMPC; 3) Criação de Comissão Temática Provisória para organização da Conferência Municipal de Cultura; 4) Participação de Pedro Costa, presidente do Conselho Municipal do Carnaval e Festas Populares (COMCAR) e 5) O que ocorrer. Os Conselheiros Titulares presentes foram Angelice Batista dos Santos (Barra-Pituba/Itapuã-Ipitanga); Danilo Moura Ferreira Mota (Culturas Identitárias e Inclusivas); Demian Moreira Reis (Circo); Eucimar Freitas de Oliveira (Liberdade-São Caetano/Centro-Brotas); Fernando Ferreira de Carvalho (FGM); Jadson Santos do Nascimento (Valéria/Cajazeiras); Joceval Rodrigues (Câmara Municipal); Leonardo Vicente Pereira (SEFAZ); Lindinalva Nila R. Freitas (Cultura Popular); Noelia Pires da Silva (Cidade Baixa-Subúrbio/Ilhas); Paulo Hermida Gonzalez (Casa Civil); Rita Maria Ventura dos Santos (Patrimônio Material e Imaterial) e Tiago Oliveira Nascimento (Literatura). Os Conselheiros Suplentes que compareceram foram Fabricio Cumming de Almeida (Cidade Baixa - Subúrbio – Ilhas); Idelfonso Santos Conceição (Cabula-T. Neves/Pau da Lima) e o representante indicado pela SEMGE, Cristian Souza Cardoso. Os servidores da FGM presentes foram Viviane Ramos, Plutarco Drummond, Eric Castro e Rebeca Caldas. O Presidente iniciou a reunião e lembrou que a atual composição do CMPC está chegando ao final, sendo que as suas principais ações agora serão a organização da Conferência Municipal de Cultura, a finalização do processo de construção do Diagnóstico Cultural de Salvador e a eleição da próxima gestão do Conselho. Ressaltou que ainda não havia quórum para as deliberações, mas que iniciaria a etapa dos informes. Viviane Ramos informou que a FGM contratou o consultor, produtor e gestor cultural, Ugo Mello, que irá trabalhar junto à Fundação até o início de setembro, sendo que uma das atribuições delegadas a ele é orientar os membros do CMPC quanto às questões relacionadas à realização da Conferência Municipal de Cultura, as pré-conferências, e à elaboração do Plano Municipal de Cultura. Explicou que a proposta é que a partir de meados do mês de julho Ugo Mello se reúna com as comissões da conferência e do plano, com o objetivo de traçarem juntos a

melhor metodologia para a execução dessas atividades. Ugo Mello recebeu a palavra e ratificou as informações dadas por Viviane Ramos. O presidente deu as boas-vindas ao técnico. Em seguida, Fernando Guerreiro informou que as obras para a nova sede da Fundação Gregório de Mattos serão iniciadas e irá contemplar quatro casas que estão localizadas ao lado do Espaço Cultural da Barroquinha. Disse ainda que será construída a sede do CMPC e do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e um auditório, além de um café-teatro, sendo que a primeira casa deverá ser um anexo do Espaço Cultural da Barroquinha e Teatro Gregório de Mattos, contendo salas de ensaios e uma reserva técnica. Ele explicou que isso irá resolver alguns problemas, como disponibilizar espaços para realização de oficinas e ensaios, bem como desenvolver um trabalho junto à comunidade do entorno, já que os espaços têm a programação muito intensa. Acrescentou que no início de julho será realizada uma cerimônia de entrega dos espaços anunciando o início da obra, quando vai ser informada a data de início e o tempo da reforma. Considerou a possibilidade de a construção ser entregue por etapas. Em seguida, o Presidente informou que o CMPC participou no dia cinco de junho de uma audiência pública promovida pela Comissão de Cultura da Câmara, sendo representado por ele, pelos Conselheiros Tiago Oliveira e Demian Reis e pelo vereador e Conselheiro Suplente, Sívio Humberto, que é presidente da comissão. No evento, discutiu-se um decreto que institui uma Central de Licenciamento de Eventos e trata da regulamentação de atividades realizadas em logradouros e espaços públicos de Salvador. Destacou que, ao final do encontro, ficou evidente que a arte de rua não foi inserida no decreto, mas os grandes eventos do calendário cultural da cidade. O Presidente informou também que no evento foi sugerido retomar um projeto de lei que foi construído pelo ex-vereador e atual deputado Alan Castro que trata da arte de rua nos logradouros e espaços públicos de Salvador. Assim, a Comissão de Cultura da Câmara se responsabilizou por retomar o debate sobre o projeto de lei, que foi arquivado, e inserir a arte de rua do decreto sobre a central de licenciamento. Informou que o CMPC ficou com a responsabilidade de enviar uma moção pública à Câmara Municipal, com o objetivo de apoiar os artistas de rua e sugerir que todos os vereadores da cidade se voltem ao debate do projeto de lei referido acima. Em seguida, apresentou ao pleno uma sugestão de texto para a moção construída por ele, Tiago Oliveira e Demian Reis. Joceval Rodrigues informou que fez uma pesquisa sobre o desarquivamento do projeto de lei e informou que está enfrentando uma dificuldade, pois apareceu outro projeto mais antigo, razão pela qual foi o projeto que foi construído por Alan Castro foi arquivado, no entanto esse contempla mais o pleito que foi exposto por Tiago Oliveira nas duas últimas reuniões. Sugeriu inserir no texto da moção que a Central de Licenciamento de Eventos deve fiscalizar atividades dos artistas de rua, conforme a lei que deverá ser aprovada posteriormente. O vereador informou que, além dessa reivindicação, está dialogando para que o artista possa se cadastrar no programa Simplifica, mesmo não tendo estabelecimento e personalidade jurídica, e ter o seu CNPJ. A contribuição já foi inserida no projeto de lei do programa, cujo processo de aprovação deve durar no máximo por dois meses. Dando continuidade, o Presidente

apresentou o Conselheiro Estadual de Cultura Jorge Carrano, que estava presente na reunião. Tiago Oliveira ressaltou a qualidade do debate que foi promovido na Câmara Municipal e a presença de grafiteiros, artesãos que atuam na orla da cidade, artistas de ônibus, circo e de rua. Destacou a necessidade de inserir no decreto da central de licenciamento a possibilidade de isenção de taxas em atividades na rua de artistas populares, cujas finalidades são artísticas e educativas. Exemplificou a atividade de incentivo à leitura que realiza na Praça da Piedade nas últimas quintas de cada mês e corre o risco de o rapa levar o material, como já o fez, ameaçando a sua continuidade. Informou que está desenvolvendo um projeto junto com Jorge Carrano de realizar atividades culturais no metrô, sendo que pode ser um projeto piloto e ser ampliado para os trens. Fernando Guerreiro alertou para a necessidade de registrar, documentar e produzir dados sistematizados sobre os embates que os grupos culturais enfrentam com o poder público, pois isso fortalece a discussão. Em seguida, o Conselheiro Estadual Jorge Carrano ressaltou a necessidade de organização do setor de artistas de rua, e fez uma ressalva à fala de Joceval Rodrigues, informando que não se deve dar um CNPJ aos artistas de rua para atuarem de forma “avulsa”, mas eles devem estar vinculados a associações. Joceval Rodrigues respondeu que as duas coisas podem caminhar juntas. Dando continuidade, o Presidente apresentou o material visual do programa Baiana Legal, que recebeu algumas contribuições de Fabrício Cumming e Danilo Moura, sendo que ficou decidido que elas serão discutidas pela Associação de Baianas, Mingaus e Receptivos (ABAM). Em seguida, Danilo Moura se pronunciou novamente sobre o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural da FGM, denominando-o uma abstração coletiva do órgão gestor de cultura do Município, que não compactua com a legislação do sistema de cultura de Salvador e subtrai atribuições do CMPC e da Comissão Temática de Patrimônio Cultural e Arquitetura. Depois, o Conselheiro mencionou a contratação do técnico Ugo Mello para dar suporte ao CMPC, que considerou bacana, mas deveria ter sido discutida antes na plenária. Em seguida, Fernando Guerreiro sugeriu antecipar a discussão sobre o Carnaval, visto que o Presidente do Conselho Municipal do Carnaval e outras Festas Populares (COMCAR), Pedro Costa, já havia chegado e o pleno concordou. O Presidente do CMPC agradeceu a participação do convidado e introduziu a discussão fazendo um breve histórico sobre a atuação do órgão colegiado, e ressaltou a sua principal função, que é discutir a política cultural do Município, dialogando com a FGM e com a SECULT. Informou que após as ações de democratização do Carnaval nos bairros, tornou-se importante discutir a participação das comunidades locais e as políticas desenvolvidas no Carnaval, o que motivou o CMPC convidar o Presidente do COMCAR para explicar como é feita a construção da festa a cada ano e como o CMPC pode participar desse processo. Pedro Costa agradeceu o convite e informou que o Carnaval de Salvador é regido por uma legislação que determina como a festa deve ser realizada, o que é muito importante porque a festa é gigantesca e lhe confere segurança frente às vontades dos gestores públicos, conselheiros do COMCAR, entre outros. Explicou que o COMCAR é um órgão de natureza colegiada, vinculado ao Gabinete do Prefeito, e tem como finalidades definir

critérios e regras de apresentação, seleção e composição dos participantes do Carnaval e outras festas populares. Em seguida, ressaltou que o órgão está deficiente quanto à organização das festas populares e está na hora de atentar para esse assunto com a ajuda da FGM, SALTUR, Câmara de Vereadores e a Prefeitura em geral, e fortalecer inclusive os segmentos carnavalescos. O presidente do COMCAR ressaltou que o órgão está inserido na Lei Orgânica do Município, nos artigos 260 e 261, que são regulamentados pela Lei nº4.538/92, sendo que esta estabelece que a organização do Carnaval deve ser exercida pelo COMCAR, pela Coordenação Executiva do Carnaval e pelos órgãos executivos do Carnaval. Em seguida, Pedro Costa informou que o COMCAR é composto por trinta e dois membros e sua composição é determinada pela Câmara Municipal por meio de lei, sendo que é o Poder Legislativo Municipal que tem a prerrogativa de fazer modificações em sua composição. Destacou também que o COMCAR é normativo, deliberativo e fiscalizador. Assim, as decisões tomadas no COMCAR e publicadas no Diário Oficial do Município têm força de lei, o que dá certa segurança à existência do conselho. Informou ainda que o órgão se reúne uma vez por mês e discute os problemas referentes à edição anterior e suas soluções para que eles não se repitam na edição seguinte, além de outras ideias com o objetivo de melhorar a festa. Esclareceu que o Carnaval é uma festa público-privada, embora a execução seja exclusiva do poder público, sob responsabilidade da SALTUR e da Bahiatursa (Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia), sendo que o COMCAR define as regras e os critérios de seleção. Caso as entidades carnavalescas não atendam as definições do COMCAR, as irregularidades serão apuradas pela comissão de ética do órgão, baseadas no seu Código de Ética. Em seguida, Pedro Costa apresentou os desafios do COMCAR, com destaque para os direitos de arena para as entidades carnavalescas que inovam e efetivamente se destacam no Carnaval de Salvador, visto que setores, como hotéis e camarotes lucram muito alto no período das festas, e as entidades carnavalescas que desfilam para assegurar a captação de públicos não têm participação nos lucros, mas têm que trabalhar durante o ano inteiro para justificar o enchimento desses estabelecimentos. Propôs que sejam pensadas formas de participação das entidades carnavalescas nos resultados financeiros do setor privado, considerando que a lei foi aprovada e falta ser regulamentada. Outro desafio citado pelo presidente do COMCAR foi a utilização das festas populares como prenúncio para a realização de um grande Carnaval. A ideia consiste em promover segmentos carnavalescos, como afro, afoxés e samba nos percursos das festas populares anteriores ao Carnaval e nos bairros em que têm sede, funcionando como ambientes de apresentação desses segmentos, dando-lhes plasticidade, beleza, ao mesmo tempo em que servirão de ensaio para que possam se preparar para fazer um Carnaval bacana. Em seguida, colocou-se à disposição para responder perguntas. Joceval Rodrigues pediu a Pedro Costa que apresentasse as entidades que compõem o COMCAR. O presidente do COMCAR disse que ao todo são trinta e dois segmentos, sendo que em 2017 se apresentaram quatrocentas entidades carnavalescas nos circuitos oficiais e houve mais de setecentas apresentações artísticas. As entidades são ligadas aos segmentos

que possuem cadeira no Conselho do Carnaval e seus representantes defendem os interesses da festa e dos segmentos. Pedro Costa apresentou a relação de segmentos disposta no Capítulo VIII na Lei Orgânica do Município, que são: 01 (um) representante do Executivo Municipal; 01 (um) representante da Empresa Salvador Turismo (SALTUR); 01 (um) representante da Fundação Gregório de Mattos; 01(um) representante da Secretaria Municipal de Saúde; 01(um) representante do Poder Legislativo; 01(um) representante da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia; 01(um) representante da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia; 01(um) representante da Polícia Militar; 01(um) representante da Empresa de Turismo da Bahia (Bahiatursa), que agora é a Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia; 01(um) representante do Juizado de Menores; 01(um) representante da Federação dos Clubes Carnavalescos da Bahia, que foi substituída; 01 (um) representante da Associação dos Blocos de Salvador; 01 (um) representante da Associação dos Blocos de Trios; 01 (um) representante dos Blocos Afros; 01(um) representante dos Afoxés; 01 (um) representante dos Blocos de Percussão; 01(um) representante dos Blocos de Índios e Travestidos; 01(um) representante da União das Entidades de Samba da Bahia; 01(um) representante da Associação dos Blocos Alternativos; 01(um) representante da Associação Baiana de Trios Independentes; 01(um) representante da Associação Carnavalesca das Entidades de Sopro e Percussão; 01(um) representante da Associação Baiana dos Camarotes; 01 (um) representante do Sindicato dos Músicos; 01 (um) representante da Associação dos Barraqueiros de Festas Populares; 01 (um) representante do Sindicato dos Vendedores Ambulantes e Feirantes de Salvador; 01 (um) representante da Associação dos Proprietários de Equipamentos de Som, Iluminação e Infraestrutura; 01 (um) representante da Associação Baiana de Imprensa; 01 (um) representante da Associação dos Artistas Plásticos Modernos da Bahia; 01 (um) representante do Conselho Baiano de Turismo; 01 (um) representante da Associação Brasileira de Entretenimento – Seção Bahia; 01 (um) representante da Associação Baiana do Mercado Publicitário e 01 (um) representante dos Conselhos Comunitários Regionais. Joceval Rodrigues perguntou qual instituição substituiu a Federação dos Clubes Carnavalescos da Bahia e Pedro Costa informou que entraram outras representações e o os segmentos de índios e travestidos se uniram, visto que atualmente só há dois blocos de índios no Carnaval de Salvador. Joceval Rodrigues considerou que a Câmara de Vereadores foi muito feliz em inserir o COMCAR na Lei Orgânica do Município, mas não houve a iniciativa de inserir o CMPC na constituição do COMCAR, que tem a prerrogativa de fiscalizar as políticas culturais no âmbito do Município, sendo que o Carnaval é a sua maior manifestação cultural. Ressaltou ainda que o CMPC tem apenas dois anos de existência, e que foi unanimidade entre os Conselheiros chamar atenção para esse fato novo e para aproximar o CMPC das atividades e da programação do COMCAR. Assim o CMPC discutiu na última reunião a possibilidade de fazer parte do COMCAR através de uma emenda à Lei Orgânica do Município. O Vereador acrescentou que alguns Conselheiros que representam manifestações culturais da cidade que se acham excluídas por não poder participar do Carnaval e constituem

elementos primordiais da festa. Rita Santos citou a importância das baianas nas escolas de samba do Rio de Janeiro e as penalidades que sofrem caso não tenham a ala, e perguntou a Pedro Costa por que em Salvador os blocos colocam as baianas mal arrumadas, com lençóis enrolados na cintura e chinelo de dedo, e não há controle e fiscalização. Acrescentou que isso é uma vergonha para as baianas, que não se sentem representadas daquele jeito e que há ainda blocos que colocam homens vestidos de baianas. A Conselheira disse que os blocos deveriam ter um critério quanto à caracterização das baianas. Demian Reis lembrou que o pierrot e a colombina são signos dos primeiros carnavais da Europa e em Salvador existe uma ausência total das tradições do Circo na festa. Reconheceu a robusta cultura musical que dá conta dos foliões, mas o segmento infanto-juvenil de Salvador está sendo negligenciado. Lembrou que existem alguns circuitos para esse público, mas as crianças ficam debaixo do sol e não têm musculatura bem desenvolvida para enfrentar os percursos. Observou que a cidade tem uma série de praças espalhadas que foram instaladas pelo Prefeito ACM Neto e que ele não vê nenhuma iniciativa de ocupar durante o Carnaval nem ao longo do ano e assim trazer de volta figuras tão emblemáticas da festa, que são os palhaços, sendo que Salvador tem várias companhias de Circo. Fez uma provocação que foi solicitar o desenvolvimento de iniciativas que incluíssem um número maior de artistas de teatro e circo para compor uma programação alternativa ao circuito musical. Elogiou a iniciativa de fortalecer os carnavais dos bairros, que possibilitam que a cidade possa se conhecer melhor e haver intercâmbio entre os diversos locais, o que pode fortalecer a sensação de pertencimento com o bairro e com a cidade. Pedro Costa disse que o CMPC, bem como outras instituições que possam contribuir com o fortalecimento da festa serão muito bem-vindos. Perguntou quantas representações artísticas há no CMPC, o Presidente informou que são dez segmentos. Pedro Costa fez uma ressalva sobre um conselho integrar outro e perguntou a que órgão o CMPC está vinculado, foi respondido que está na estrutura organizacional da FGM e SECULT. O presidente do COMCAR informou que a FGM, presidida por Fernando Guerreiro, e a SALTUR, ambos membros do CMPC, têm assento no COMCAR e podem levar as necessidades do CMPC ao conselho do Carnaval. Joceval Rodrigues lembrou que a cadeira da FGM refere-se ao Poder Executivo, mas há representações da sociedade civil, como as baianas de acarajé, os poetas, artistas de rua e circo e grafiteiros que não são contemplados e que seria muito interessante melhorar a interação. Concordou que nem todas as entidades culturais podem estar representadas no COMCAR, mas que um representante da sociedade civil do CMPC poderia levar as demandas para os segmentos artísticos presentes no órgão colegiado. Pedro Costa reforçou que a Cultura é representada pela FGM, SALTUR e Secretaria de Cultura do Estado da Bahia e que se a Câmara Municipal decidir que o CMPC também faça parte, não terá problemas. Em seguida, declarou que o maior símbolo de promoção do Brasil e da Bahia no exterior é a baiana. Rita Santos rebateu, dizendo que é propaganda enganosa, pois quando o turista vem para Salvador não vê nada disso. Pedro Costa diferenciou o Carnaval do Rio de Janeiro e o de Salvador, pois lá conta-se com patrocínio e

muitos recursos, sendo que todas as entidades que desfilam têm a ala das baianas e como são milhões envolvidos, cada um faz da apresentação da baiana como o maior espetáculo possível. Já o Carnaval de Salvador é muito mais participativo do que o carioca, com uma diversidade completamente diferente do que acontece nos outros carnavais. Acrescentou que a organização do Carnaval soteropolitano está aperfeiçoada até determinado ponto que se fosse decidido fazer o Carnaval em um prazo de quinze, vinte dias, tem-se o *modus operandi* para toda realização da festa, com lugares e atrações definidos. Explicou que durante três dias do mês de outubro o COMCAR realiza assembleias de todos os segmentos que irão desfilar. Informou ainda que se reúne com as entidades afro e afoxés e pede que eles decidam como querem fazer a ordem dos desfiles nas assembleias entre eles e apresentem na assembleia geral a posição que tomaram. Explicou que quando surgiu o circuito Barra-Ondina o COMCAR chamou todas as entidades afro e afoxés para saber se queriam desfilar lá e ninguém quis. Assim, outras entidades assumiram, o carnaval de lá cresceu e as outras agora querem desfilar. Ele informou que está colocando essas entidades e as de reggae para desfilar no circuito Barra-Ondina, mas elas não irão tomar o lugar daqueles que estão lá há mais tempo, a menos que no dia da reunião entre eles negociem entre si, sendo que apresentam a lista com a ordem das entidades no dia da assembleia geral. Ele informou que abre espaço para quem quiser apresentar ressalvas na assembleia geral. Disse ainda que os critérios e regras do COMCAR definem que o dia vinte de novembro é a data de publicar em definitivo a ordem dos desfiles no Diário Oficial do Município. Assim, no período que dura entre a realização da assembleia, em outubro, e o dia vinte de novembro, ele dá liberdade para que as entidades possam mudar de lugar no desfile, ou até mesmo deixar de sair, sem perder o lugar na fila. Depois que a lista é publicada, não é permitida a mudança. Em seguida, Pedro Costa informou que já foram feitas diversas tentativas para melhorar o Carnaval do Centro, como fazer uma fila única para o desfile, tirando da Rua Carlos Gomes, subindo da Rua Chile e descendo a Ladeira da Praça, o que não deu certo. O Prefeito criou o camarote para Portadores de Deficiência Física na Piedade e a praça de crianças no Campo Grande, sendo que o Juizado de Menores passou a fazer parte do COMCAR e o órgão determina que é terminantemente proibida a participação de crianças no Carnaval a partir das catorze horas. Assim, foi determinado que os desfiles dos blocos infantis nos percursos do Centro e Ondina devem começar às 10h, nesse horário o sol ainda não está a pino e há grandes blocos infantis. Lembrou que o Pierrot e a Colombina já foram temas do Carnaval de Salvador. O presidente do COMCAR destacou que o poder público gasta muito com atrações para fortalecer os circuitos, como acontece com os trios independentes, visto que o conselho seleciona os artistas e encaminha a lista para o Governo do Estado da Bahia, e para os órgãos executores, a SALTUR e a Bahiatursa que irão contratá-los. Mostrou a complexidade do processo de seleção dos artistas, visto que a cidade tem uma grande vocação musical, o que dificulta a escolha. Além disso, há os artistas que se destacaram na história da festa, como Sarajane, Lazzo, Gerônimo e Luiz Caldas, que se não forem contemplados acionam a mídia. Esclareceu que

o COMCAR não conta com recursos financeiros, sendo que os órgãos executores escolhem que irão contratar. Lembrou que a Bahiatursa lançou um edital para selecionar os artistas, e o COMCAR entrou com ação no Ministério Público, que suspendeu o processo, visto que essa é uma prerrogativa do COMCAR. Dando continuidade, Pedro Costa informou que o Prefeito tem buscado aumentar a quantidade de circuitos do Carnaval e de bairros contemplados, mas para isso é necessário ter segurança pública, ordenamento de trânsito saúde e limpeza. No entanto, a Polícia Militar informou que não tem efetivo de policiais militares para atuar nos bairros, já que é um trabalho de logística muito trabalhoso, e os bairros da periferia enfrentam o problema da violência. Tiago Oliveira ressaltou a importância de o CMPC discutir o Carnaval juntamente com o COMCAR e defender os interesses dos artistas populares de Salvador. Defendeu que não tem problema um conselho ter uma cadeira em outro conselho, visto que a ideia não é colocar um representante do poder público no COMCAR, mas um representante da sociedade civil, que deve representar os artistas populares da cidade. Disse que a SALTUR não desenvolve política pública de cultura, mas de entretenimento, causando disparidade nos apoios que são dados, o que também acontece com o Governo do Estado, que distribui de forma desigual os recursos para os blocos afro, prejudicando o desenvolvimento dos blocos menores e promovendo a exclusão dos artistas populares. Ressaltou também que os blocos maiores podem contar com outros canais de recursos. Retomou a discussão sobre a Lei Antibaixaria, que proíbe a contratação e financiamento público para bandas e artistas que ofendem as mulheres e promovem o preconceito, a qual não foi respeitada por inúmeros artistas do Carnaval deste ano em que houve promoção do estupro, da violência sexual e do machismo, a exemplo do Vereador Igor Kannário, que convidou ao palco um integrante da banda *New Hit*, condenado por estupro coletivo de uma menina. Então perguntou como o CMPC pode enfrentar a cultura de baixaria presente no Carnaval, que deixa de lado pessoas que têm compromisso com a arte e educação, e fazer valer a Lei Antibaixaria. O Presidente do CMPC destacou o aspecto cidadão e de inclusão social do Carnaval e seu papel de promoção e preservação das manifestações culturais genuínas da cidade. Ressaltou a importância de o CMPC integrar o COMCAR para defender a comunidade cultural de Salvador. Retomou o tema da ausência dos blocos de índios na festa e avaliou que deve haver algum problema, visto que o estado tem mais de dezenove milhões de habitantes. Defendeu que o governo deve realizar ações de valorização da cultura indígena e exemplificou a cidade de Recife, que realiza um carnaval em cinquenta e sete polos e realiza concursos voltados a diversas manifestações culturais. Destacou a importância de o CMPC lutar pela distribuição equitativa dos recursos do Carnaval. Ressaltou a atuação popular do bairro do Nordeste de Amaralina, que já tinha um carnaval forte, sendo que o poder público o oficializou como Circuito Mestre Bimba, e defendeu que os carnavais nos bairros devem contar com uma construção conjunta com as comunidades, inclusive na organização da programação e na contratação dos agentes culturais desses lugares. Fabricio Cumming informou que faz parte do Fórum de Arte e Cultura do Subúrbio e disse que a população local nunca se viu

representada no Carnaval que é feito em Plataforma e Periperi. Registrou uma melhoria na programação do Carnaval em 2017, com artistas que desenvolvem um bom trabalho, mas houve muitas apresentações de baixa qualidade e não houve a participação de artistas locais. Sugeriu que fosse desenvolvido um trabalho com a comunidade cultural dos bairros, para que haja apresentações de artistas locais, gere renda nos lugares e as comunidades se vejam representadas também. Relatou que durante três anos seguidos o rei momo de Salvador vem de Lauro de Freitas, inclusive Alan Nery, o secretário de cultura da cidade foi eleito no presente ano. Concordou com a fala de Rita Santos quanto à indumentária das baianas nos desfiles dos blocos. Perguntou quando acontecem as reuniões do COMCAR e se são abertas ao público, pelo menos para assistir. Pedro Costa lembrou que não é artista apenas quem canta, mas também quem toca e produz e informou que em 2017 quase quinze mil artistas trabalharam no Carnaval, além disso, blocos de bairros populares participam dos circuitos tradicionais da festa. Declarou que os bairros populares querem o Carnaval e que se o poder público decidir fazê-los, o COMCAR não vai impedir, mas muitos deles não têm estrutura para receber. Destacou que a festa é inclusiva, sendo que todos se beneficiam com ela, desde a baiana de acarajé até o proprietário do camarote porque é uma festa de participação popular. Informou que um dos picos de venda de eletrodomésticos da cidade acontece depois do Carnaval. Disse que há dois anos convidou dois integrantes da Organização Mundial do Trabalho (OMT), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), colocou-os no trio elétrico do Camaleão, comandado por Bell Marques, e eles filmaram o trabalho de vendedores ambulantes e cordeiros em todos os circuitos para desenvolver um estudo sobre as relações de trabalho presentes na festa. Além disso, convidou-os para três reuniões do COMCAR. Inicialmente eles consideraram que o trabalho era escravo e se tratava de exploração de menores. No segundo ano, voltaram à cidade para participar das discussões com os órgãos públicos. Pedro Costa mostrou-lhes que a associação de vendedores ambulantes e de barraqueiros estão no COMCAR e que a concepção dos vendedores é que eles devem aproveitar a festa para ganhar o dinheiro que não ganham durante o ano inteiro. Informou que o Prefeito colocou abrigos para as crianças, mas eles não querem porque desejam ganhar o dinheiro, ninguém os obriga a trabalhar. Declarou que se o CMPC tiver um representante no COMCAR será bem-vindo, mas que enquanto não tiverem, eles têm o presidente do órgão municipal gestor de cultura, Fernando Guerreiro, que pode catalogar as necessidades do órgão colegiado. Em seguida, informou que nunca recebeu projeto de Plataforma com sugestões do que deveria conter no Carnaval do bairro nem de músicos, e citou o Palco do Rock, o Palco do Samba e o Palco Multicultural, instalados no Pelourinho pela Prefeitura e Governo do Estado, atendendo a pedidos dos segmentos, os quais definem a programação e os artistas que irão se apresentar. Acrescentou que os Conselheiros devem se considerar instrumentos de fortalecimento do Carnaval e focar primeiramente em agradar aos foliões, sendo que o retorno financeiro é consequência da resposta do público aos projetos. Ressaltou a importância das entidades afro que estão consolidadas, como o Ilê Aiyê e Olodum, pois são profissionais, empregam pessoas, investem, buscam

patrocinadores. Destacou a importância do edital Ouro Negro, sendo que a Prefeitura também passou a destinar recursos a essas entidades desde o ano passado. Ressaltou que os afoxés mantêm o padrão cultural e disse que lutou para que o edital Ouro Negro disponibilizasse recursos para que as entidades se apresentem nos bairros em que atuam, sendo que irão gastar menos, captar um número maior de participantes e manter os padrões culturais e suas relações com a religião. Comprometeu-se a informar ao Presidente do CMPC, Eucimar Freitas, a data da próxima reunião do COMCAR e informou que é realizada no auditório da Associação Brasileira de Agência de Viagens (ABAV). Agradeceu a oportunidade e se colocou à disposição para receber os projetos dos Conselheiros do CMPC. O Presidente e o Vereador Joceval Rodrigues agradeceram a participação de Pedro Costa na reunião. Em seguida, Fernando Guerreiro pediu desculpas a Ernesto Ribeiro, representante da empresa Cria Rumo responsável pela construção do Diagnóstico Cultural de Salvador, pelo atraso por conta da discussão sobre o Carnaval e lhe passou a palavra. Ernesto Ribeiro informou ao pleno que a empresa está começando a segunda etapa de construção do diagnóstico, sendo que a primeira etapa durou entre oito de maio e oito de junho, com a entrega do primeiro produto, que foi um documento escrito, o Relatório Preliminar, que reúne informações sobre o que já existe de material documentado sobre a cultura de Salvador e as trinta e nove linguagens artísticas que constam no Termo de Referência. Para isso, foram lidos cinquenta e quatro documentos anteriormente à sua finalização e mais nove após a sua entrega, totalizando sessenta e três documentos. Ele informou que a partir do dia doze de junho começou a segunda etapa baseada em entrevistas e oficinas participativas nos territórios, sendo que já haviam sido realizadas trinta entrevistas e agendaram com pouco mais de vinte pessoas até o dia vinte e oito de junho, dentre elas os Conselheiros de Política Cultural, gestores de cultura, representantes de linguagens artísticas, produtores culturais e representantes de territórios. O consultor informou que a partir do dia 29 de junho seriam realizadas as oficinas, mas se necessário ainda seriam feitas entrevistas. Comprometeu-se a encaminhar no dia seguinte o calendário das oficinas nos dez territórios da cidade, sendo que seis deles receberiam as oficinas nas Prefeituras-Bairros e os outros quatro em locais diferenciados, que foram: 1. Liberdade-São Caetano, receberia no Terreiro de Mãe Hilda; 2. Barra-Pituba, no Teatro Sitorne; 3. Cidade Baixa, no ICBIE-Ribeira; 4. Itapuã-Ipitanga, em que eles estavam tentando uma pauta no Circo Picolino, mas ainda não conseguiram fechar. Em seguida, apresentou o *layout* dos *cards* de divulgação das oficinas nos dez territórios, os quais seriam enviados aos Conselheiros no dia seguinte por meio de *Whatsapp* e pediu aos presentes que divulgassem em suas redes, para que se alcançasse um público composto por pessoas ligadas à área cultural de cada território. Esclareceu que as oficinas teriam metodologia para públicos de trinta a cinquenta pessoas, utilizando o turno matutino ou vespertino. O Presidente sugeriu inserir e-mail e telefone para contato. Ernesto Ribeiro avisou que realizaria uma reunião na terça-feira seguinte, dia vinte e sete de junho, às 16h, com os técnicos da FGM e convidou a Comissão Temporária do Plano Municipal de Cultura. Danilo Moura registrou a ausência na reunião porque não foi consultado previamente para participar, visto que é

membro da comissão. Elogiou o local de realização da oficina Liberdade-São Caetano e sugeriu fazer um *card* com o calendário de todas as oficinas. Sugeriu também conceituar em poucas palavras o diagnóstico cultural. Tiago Oliveira concordou com Danilo Moura, colocou-se à disposição para contribuir e perguntou se seriam realizadas reuniões por segmentos artísticos. Demian Reis falou sobre a possibilidade de realizar a oficina de Itapuã-Ipitanga no Circo Picolino, o que poderia atrair a comunidade de artistas circenses. Fabrício Cumming pediu para atualizar a foto do *card* do Subúrbio. Ernesto Ribeiro informou que iria acoplar um texto ao *card* para ser divulgado e reforçou que não iria fazer divulgação de massa, mas que o *card* deveria ser enviado pelos entrevistados e pelos Conselheiros. Destacou que ao todo são trinta e nove segmentos culturais e não daria tempo para contemplar cada um separadamente. Informou que os representantes das linguagens foram contemplados nas entrevistas e que os que representassem os territórios iriam para as oficinas. No entanto, as oficinas estariam abertas para receber os representantes das linguagens artísticas atuantes em cada território. Acatou a sugestão de fazer uma décima primeira oficina voltada para toda cidade. Em seguida, o Presidente agradeceu a presença de todos e informou que a próxima reunião será realizada no dia 18 de julho, às 17h, no Teatro Gregório de Mattos, cuja pauta deveria ser composta pelos pontos que não foram discutidos nesta plenária. Danilo Moura sugeriu que as comissões fossem decididas naquela reunião ainda, mas não havia quórum suficiente para fazer deliberação, visto que havia treze titulares presentes e um suplente na condição de titular. Sem mais da pauta a ser discutida na reunião, lavrou-se a presente Ata, que será assinada por mim e pelos demais membros presentes do Conselho Municipal de Política Cultural de Salvador, Biênio 2015/2016.

Salvador, 18 de julho de 2017.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____



CONSELHO
MUNICIPAL DE
POLÍTICA
CULTURAL
DE SALVADOR



9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____
16. _____
17. _____
18. _____
19. _____
20. _____
21. _____
22. _____
23. _____
24. _____
25. _____
26. _____
27. _____
28. _____
29. _____
30. _____
31. _____
32. _____